





✓

|           |   |           |         |
|-----------|---|-----------|---------|
| PROTOCOLO | ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA<br>TERMO DO § 2º DO<br>ARTIGO 188 DO<br>REGIMENTO INTERNO<br><br>22 MAIO 2018<br><br><br>Carlos Alberto Martins Amarante<br>Secretário Legislativo<br>Ato nº 005/2012/SRH/CAB.P/ALE | INDICAÇÃO | 5115/18 |
|           | AUTOR: DEPUTADO LAZINHO DA FETAGRO – PT/RO  |           |         |

**INDICA** ao Governo do Estado de Rondônia a necessidade de realização de concurso público para Defensores Públicos no Estado de Rondônia.

O Deputado in fine subscrito, ouvido o plenário na forma regimental necessária, **INDICA** ao Governo do Estado de Rondônia a necessidade de realização de concurso público para Defensores Públicos no Estado de Rondônia.

Plenário das Deliberações, 08 de maio de 2018.

  
**LAZINHO DA FETAGRO**  
Deputado Estadual – PT/RO

**JUSTIFICATIVA**

Excelsior Parlamento,

O Estado Democrático de Direito traz em seu bojo, como propósito fim e principal, garantir e tornar efetivos os direitos humanos.

Segundo a página da Defensoria Pública no Estado de Rondônia, a Defensoria Pública do Estado, em 2017, somou quase 40 mil atendimentos apenas na Capital de Porto Velho, e de janeiro a março de 2018, os números já somam 9.732 atendimentos. Destacando-se que esse registro não engloba os atendimentos iniciais feitos no interior, nem os atendimentos da área criminal e da contestação familiar e cível, o que implica dizer que os números de atendimentos são bem maiores<sup>1</sup>.

<sup>1</sup> <http://www.defensoria.ro.def.br/site/index.php/component/content/article/1-ultimas-noticias/1672-2018-04-25-17-23-45>

Major Amarante 390 Arigolândia Porto Velho|RO.  
Cep.: 76.001-911-69-3216-2018-04-25-17-23-45





## Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia

| PROTOCOLO                                  | INDICAÇÃO |  |
|--|-----------|--|
|  |           |  |
| AUTOR: DEPUTADO LAZINHO DA FETAGRO – PT/RO |           |  |

A Constituição Federal deixa explícito que a Defensoria Pública existe para garantir a defesa dos direitos do cidadão brasileiro, sendo eles, os defensores, responsáveis pela promoção dos direitos humanos e a DEFESA dos DIREITOS daqueles que necessitam.

Os ideais que revestem o papel do defensor público se coadunam com a Constituição Federal, especialmente no inciso LXXIV do artigo 5º, aonde se tem a previsão para o Estado de, obrigatoriamente, prestar ao necessitado, a ASSISTÊNCIA JURÍDICA INTEGRAL E GRATUITA<sup>2</sup>. **É a Defensoria Pública que exerce tão nobre missão.**

Contudo, as demandas que chegam a suas mãos, além de serem as mais diversas são inúmeras e, a necessidade de mais defensores sobrecarrega os existentes, que fazem de tudo para não deixar a população desassistida, defendendo-a em uma única voz e declarando que todos têm direito a uma assistência jurídica tecnicamente preparada e disponível.

É necessário o fortalecimento da Defensoria Pública em nosso Estado com quantidade de defensores públicos maior do que a existente, porque ainda que não lhes falte dedicação e vontade de trabalhar, (aliás, isso eles têm de sobra) esbarram na principal condição deles: são humanos. Não são onipresentes.

Se há um mérito no andamento dos inúmeros atendimentos realizados dentro do Estado, é EXCLUSIVO desses profissionais na busca incessante de atender o cidadão com maestria, eficiência, celeridade, estrutura e, sobretudo, qualidade. Não há como fechar os olhos às improvisações diárias que o defensor público tem que lidar e se queremos contribuir com algo, que seja propiciando meios que possam colaborar na construção de uma sociedade livre, justa e solidária. Sendo estas as razões e justificativa, contamos com o apoio deste Parlamento.

<sup>2</sup> LXXIV - o Estado prestará assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos;

Major Amarante 390 Arigolândia Porto Velho/RO.

Cep: 76.861-911 - 69.3276.2016 - www.maleterro.gov.br

